

ANEXO XVI - INFORMAÇÕES SOBRE RISCO BIOLÓGICO E ERGONÔMICO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (HU-UFSJ)

Os mapas de risco visam identificar os diferentes tipos de riscos (físico, químico, biológico, ergonômico e mecânico) presentes no ambiente, conforme preconiza a Norma Regulamentadora 5 do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.

As áreas assistenciais/rouparia do HU-UFSJ contém riscos que foram classificados conforme a criticidade e grau de exposição, sendo agrupadas, conforme descrito abaixo:

GRUPO I – AGENTES FÍSICOS (exemplo: Ruído, radiação ionizante, frio, calor, umidade);

GRUPO II – AGENTES QUÍMICO (exemplo: substâncias, compostos ou produtos químicos, gases e outros);

GRUPO III – AGENTES BIOLÓGICOS (exemplo: contato com pacientes/microrganismos/gotículas, sangue);

GRUPO IV – AGENTES ERGONÔMICOS (exemplo: postura inadequada, transporte manual de peso, trabalho noturno);

GRUPO V – RISCO DE ACIDENTES (exemplo: queda, iluminação inadequada, outros).

Para tanto devem ser utilizados Equipamentos de Proteção Individual (EPI):

EPI/ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO

EPI's (exemplos: luvas de procedimento, gorro, máscara cirúrgica, óculos de proteção, capote, calçado fechado).

RECOMENDAÇÕES:

- 1- Utilizar todos os EPI's necessários para execução das atividades a qual esteja destinado;

- 2- Não usar ferramenta inadequada para a atividade;
- 3- Seguir os procedimentos de segurança para cada atividade;
- 4- Não obstruir o sistema de combate a incêndio;
- 5- Obedecer às diretrizes de segurança do regulamento interno da empresa.
- 6- Manter o ambiente limpo e organizado.

Conforme item 4.5.8, para fins de cálculo de insalubridade:

- a) a responsabilidade pela elaboração de laudo técnico de condições ambientais do trabalho nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra é solidária, compartilhada pela empresa contratada (empregadora direta) e pela unidade hospitalar contratante (tomadora dos serviços prestados em seu estabelecimento) (art. 17 da Convenção n.º 155 da OIT; art. 5º-A, §3º, e art. 9º, §1º, da Lei n.º 6.019/1974; art. 9º da Lei n.º 12.690/2012; itens 1.5.8. e seguintes da NR n.º 1 do MTE; item 4.5.2. da NR n.º 4 do MTE; e art. 68, §11, do Decreto n.º 3.048/1999);
- b) admite-se a elaboração do laudo, preferencialmente, pela própria Administração ou, justificadamente, pela empresa contratada, pelo Ministério do Trabalho ou mediante a contratação de serviços especializados (Parecer Jurídico n.º 00006/2018/CPLC/PGF/AGU; e Acórdão TCU n.º 1496/2023 - Plenário);
- c) mesmo que o edital atribua à empresa contratada a obrigação de elaborar o laudo pericial, há a necessidade de homologação do laudo pela unidade hospitalar contratante, como decorrência do dever de fiscalização contratual e da obrigação de garantir as condições de saúde e segurança do ambiente de trabalho do seu estabelecimento (item 10.1., alínea "f", do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.º 5/2017; art. 4º, inciso XVI, da Portaria n.º 8/2019 do Presidente da Ebserh - 0766081; e art. 6, inciso VI, do Regimento Interno da Administração Central da Rede Ebserh);
- d) caso a unidade hospitalar contratante não acolha o laudo apresentado pela empresa contratada, deve fazer uso de Laudo Técnico substitutivo, justificando expressa e motivadamente as razões que afastam a utilização do laudo não homologado (Parecer Jurídico n.º 119/2023/DJLC/SCAD/CONJUR/PRES-EBSERH - 33005505);
- e) a inserção de previsão relacionada a aferição e pagamento de adicional de insalubridade em contratos vigentes pode ensejar alteração qualitativa, cuja viabilidade depende de análise individualizada de cada situação concreta.